



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Proíbe a instalação de estações radiobase nas proximidades de escolas e hospitais.

DESPACHO:
19/10/2000 - (AS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA, E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 09/11/2000

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	Em: / /
Comissão de:		



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 3.653, DE 2000
(DO SR. RONALDO VASCONCELLOS)

Proíbe a instalação de estações radiobase nas proximidades de escolas e hospitais.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24, II)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer a proibição de instalação de estações radiobase nas proximidades de escolas e hospitais.

Art. 2º É acrescentado artigo à Lei nº 9472, de 16 de julho de 1997, com a seguinte redação:

"Art. 79-A As operadoras do serviço móvel celular estão proibidas de instalar estações radiobase a uma distância mínima de escolas e hospitais a ser definida pelo Poder Executivo na regulamentação."

Art. 3º Esta lei entra em vigor 90 dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A utilização de telefones celulares vem crescendo drasticamente nos últimos anos. Para atender à demanda e garantir a qualidade



CÂMARA DOS DEPUTADOS



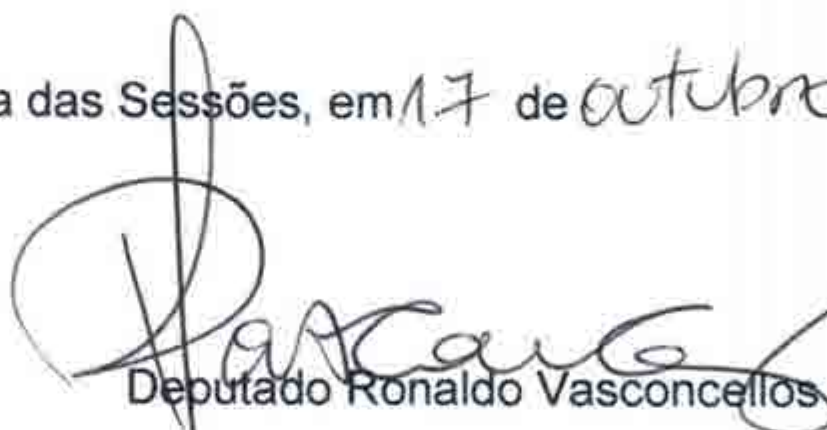
do serviço prestado, existe uma necessidade constante de instalação de novas estações radiobase, o que vem suscitando enorme preocupação quanto a possíveis danos ao meio ambiente e à saúde. Além de questões relacionadas com o impacto visual e estético das antenas, é crescente a polêmica em torno da exposição do público à radiação eletromagnética, em especial nas suas imediações.

O projeto de lei, que ora propomos a esta Casa, pretende, portanto, restringir a instalação de antenas radiobase nas proximidades de escolas e hospitais. Como não há comprovação científica de que as antenas são seguras, pretendemos, pelo menos, proteger segmentos da população, que por sua natureza, seriam mais prejudicados.

Delegamos ao Poder Executivo a definição em regulamento da distância mínima de escolas e hospitais a ser obedecida pelas operadoras quando da instalação de antenas radiobase.

Considerando a relevância da matéria tratada em nossa proposta, esperamos contar com o apoio indispensável de nossos Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 2000.


Deputado Ronaldo Vasconcellos

010094.00.142

Lote: 81
Caixa: 154
PL Nº 3653/2000
3

PLENÁRIO - RECEBIDO		
Em	17/10/00	às 16h
Nome	[Assinatura]	
Ponto	3.861	



LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997.

DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, A CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE UM ÓRGÃO REGULADOR E OUTROS ASPECTOS INSTITUCIONAIS, NOS TERMOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 8, DE 1995.

LIVRO III
DA ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

TÍTULO II
DOS SERVIÇOS PRESTADOS EM REGIME PÚBLICO

CAPÍTULO I
DAS OBRIGAÇÕES DE UNIVERSALIZAÇÃO E DE CONTINUIDADE

Art. 79. A Agência regulará as obrigações de universalização e de continuidade atribuídas às prestadoras de serviço no regime público.

§ 1º Obrigações de universalização são as que objetivam possibilitar o acesso de qualquer pessoa ou instituição de interesse público a serviço de telecomunicações, independentemente de sua localização e condição sócio-econômica, bem como as destinadas a permitir a utilização das telecomunicações em serviços essenciais de interesse público.

§ 2º Obrigações de continuidade são as que objetivam possibilitar aos usuários dos serviços sua fruição de forma ininterrupta, sem paralisações injustificadas, devendo os serviços estar à disposição dos usuários, em condições adequadas de uso.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI**



Art. 80. As obrigações de universalização serão objeto de metas periódicas, conforme plano específico elaborado pela Agência e aprovado pelo Poder Executivo, que deverá referir-se, entre outros aspectos, à disponibilidade de instalações de uso coletivo ou individual, ao atendimento de deficientes físicos, de instituições de caráter público ou social, bem como de áreas rurais ou de urbanização precária e de regiões remotas.

§ 1º O plano detalhará as fontes de financiamento das obrigações de universalização, que serão neutras em relação à competição, no mercado nacional, entre prestadoras.

§ 2º Os recursos do fundo de universalização de que trata o inciso II do art. 81 não poderão ser destinados à cobertura de custos com universalização dos serviços que, nos termos do contrato de concessão, a própria prestadora deva suportar.

.....

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

**TERMO DE RECEBIMENTO DE EMENDAS
PROJETO DE LEI Nº 3.653/00**

Nos termos do art. 119, I e § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, o Sr. Presidente determinou a abertura e divulgação, na Ordem do Dia das Comissões, de prazo para apresentação de emendas, a partir de 05/04/01, por cinco sessões. Findo o prazo, não foram apresentadas emendas ao projeto.

Sala da Comissão, em 16 de abril de 2001.

Maria Ivone do Espírito Santo
Secretária



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Ref. Requerimento nº 2465/05 – Dep. Julio Semeghini

Indefiro a apensação, porquanto já há pronunciamento da primeira Comissão incumbida de examinar o mérito da proposição (RICD, art. 142, parágrafo único). Oficie-se e, após, publique-se.

Em: 5/03/05


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente



Documento : 25576 - 2



CÂMARA DOS DEPUTADOS

2465/05

REQUERIMENTO
(Do Sr. Julio Semeghini)

Requer a apensação do PL
3653 de 2000 ao PL 2576 de 2000

Nos termos do art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência a apensação do Projeto de Lei 3653 de 2000, de autoria do Senhor Ronaldo Vasconcellos, que proíbe a instalação de estações rabiobase nas proximidades de escolas e hospitais, ao PL 2576 de 2000, do Senhor Fernando Gabeira, que dispõe sobre a instalação de fontes emissoras de radiação eletromagnética.

Brasília, de de 2005

JULIO SEMEGHINI
Deputado Federal - PSDB/ SP

27/02/05



04ECD8F640

SGM/P nº

362/05

Brasília, 15 de maio de 2005.

Senhor Deputado,

Em atenção ao Requerimento nº 2465, de 2005, contendo solicitação de **apensação do Projeto de Lei nº 3653, de 2000**, do Sr. Ronaldo Vasconcellos, que "Proíbe a instalação de estações radiobase nas proximidades de escolas e hospitais" ao **Projeto de Lei nº 2576/00**, do Sr. Fernando Gabeira, que "Dispõe sobre a instalação de fontes emissoras de radiação eletromagnética e dá outras providências", comunico que exarei despacho do seguinte teor:

"Indefiro a apensação, porquanto já há pronunciamento da primeira Comissão incumbida de examinar o mérito da proposição (RICD, art. 142, parágrafo único). Oficie-se e, após, publique-se."

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.


SEVERINO CAVALCANTI
Presidente

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **JULIO SEMEGHINI**
Anexo IV – Gabinete nº 242
N E S T A

